

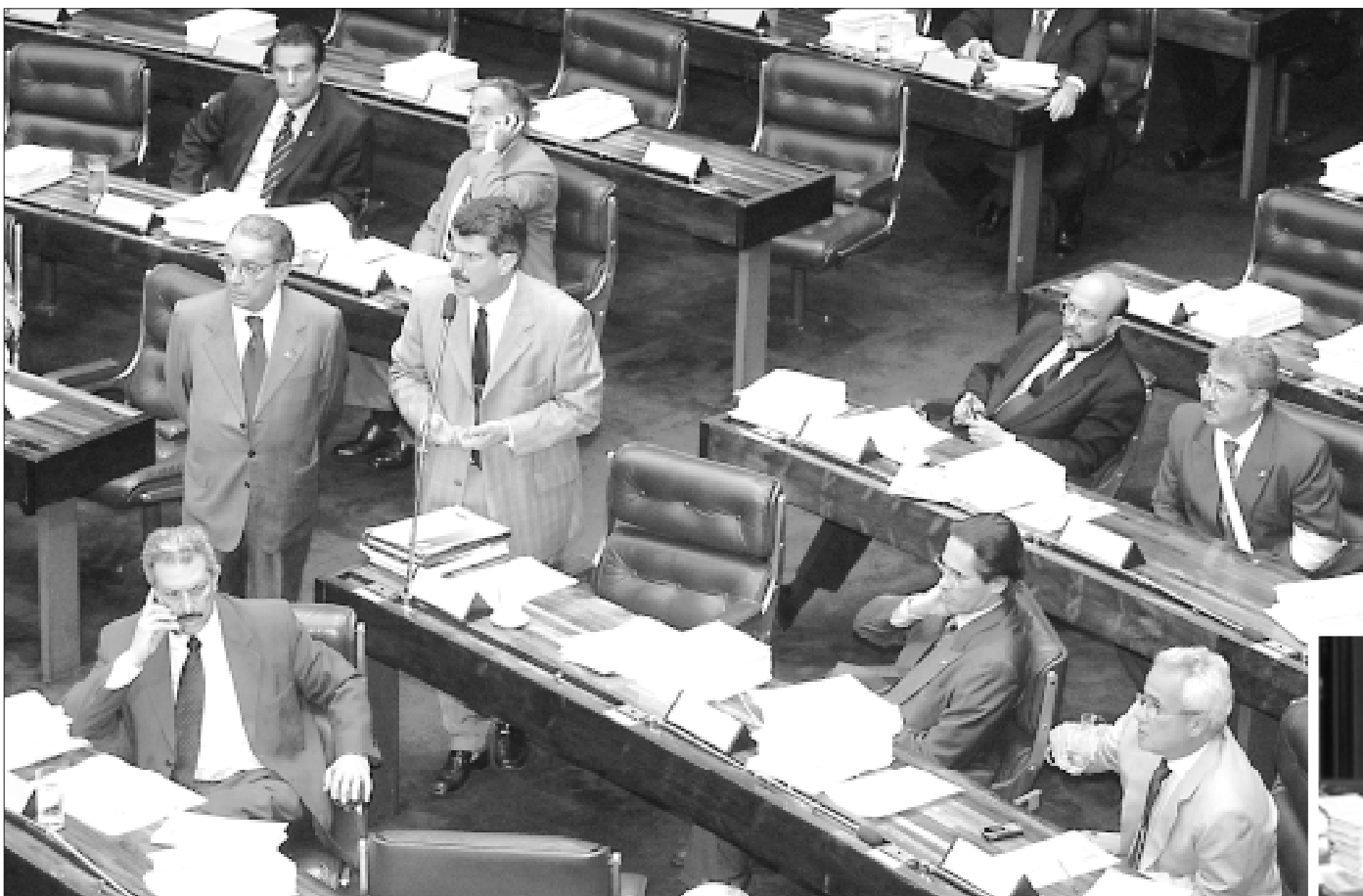
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.615 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2002

Senado corrige distorção no Imposto de Renda sobre salário em atraso

Projeto aprovado pelo Plenário impede desconto sobre soma de salários de dois ou mais meses quando o valor isolado estiver dentro do limite de isenção. Para o relator da proposta, a iniciativa elimina “uma injustiça brutal”



Fotos: José Cruz

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que impede o desconto do Imposto de Renda sobre a soma que represente salários de dois ou mais meses quando o valor isolado estiver incluído na faixa de isenção. A iniciativa corrige “uma injustiça brutal”, na opinião do relator da proposta na CAE, senador Geraldo Melo, pois a situação atual submete o empregado que tem seus salários atrasados e depois os recebe num mesmo mês a um desconto que não sofreria se tivesse recebido em dia.

PÁGINA 3



Alteração no desconto do Imposto de Renda foi apoiada pelas lideranças do governo e de todos os partidos e aprovada pelo Plenário

Parlamentares querem medidas para integrar a tríplice fronteira

PÁGINA 2

Entre parlamentares do Paraguai, Argentina e Uruguai, Requião preside encontro



Jane de Araújo

Comissão de Orçamento deve trabalhar até o dia 20

Falta de acordo entre partidos que apóiam o atual e o futuro governo para votar reforço nas receitas fiscal e da seguridade social no próximo ano é o principal motivo para o atraso no cronograma.

PÁGINA 5

Proposta eleva recursos federais para a educação

O senador Ricardo Santos deseja que União aumente de 18% para 20% a parcela de sua receita gasta com educação. Ontem, ele pediu apoio a proposta de sua autoria com esse objetivo.

PÁGINA 8

Comissão do Mercosul recomenda ações para integrar tríplice fronteira

Roberto Requião afirma que é preciso dar tranquilidade à população da região de Foz do Iguaçu. Segundo ele, a atuação do governo federal tem dificultado a rotina dos moradores

No último dia de reunião da sua 20ª sessão plenária, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) aprovou recomendação, a ser entregue ao Conselho do Mercado Comum (CMC), que sugere a criação de legislação para as áreas fronteiriças, principalmente aquelas com grandes contingentes populacionais, que envolva, entre outras ações, a integração e a harmonização de procedimentos entre as polícias de fronteira.

Para o presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), é preciso dar tranquilidade às populações das fronteiras, assegurando-lhes a possibilidade de “restabelecimento da normalidade na vida comunitária”. Essa preocupação é confirmada pela recomendação aprovada, na qual os parlamentares afirmam que, atualmente, “difíceis problemas assolam a tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, que geram graves conseqüências de natureza econômica e social para os três países”.



Parlamentares encerraram reunião plenária com recomendações ao Conselho do Mercado Comum

O senador criticou as últimas ações da Polícia Federal e da Receita Federal em Foz do Iguaçu, na região da tríplice fronteira, que, na sua opinião, vêm dificultando a rotina das pessoas. Da forma como está sendo implantada, reclamou Requião, a integração aduaneira atrapalha a vida dos cidadãos em Puerto Iguazu (Argentina), Ciudad del Este (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil).

— Precisamos de decisões rápidas nesse campo, pois a ação do governo federal na região é no sentido de desintegrar — alertou o senador, sugerindo o recuo das

aduanas para fora das áreas urbanas para facilitar a movimentação dos cidadãos residentes.

MOEDA ÚNICA

Os parlamentares da Subcomissão de Assuntos Econômicos da Comissão do Mercosul aprovaram outras dez recomendações que serão encaminhadas ao Conselho do Mercado Comum, como a que

pede que os países desenvolvam trabalho conjunto para a integração da infra-estrutura de transportes, com o objetivo de agilizar e baratear o fluxo de produtos no Mercosul. Em outras recomendações, a comissão tratou do aumento do fluxo turístico entre os países do bloco.

A coordenação das políticas macroeconômicas nos países do bloco também foi alvo de recomendação. Os parlamentares entendem que, depois de adotados regimes de câmbio similares, há maior necessidade de buscar consenso para a implementação de

políticas setoriais comuns e de estudar a adoção de uma moeda única.

As recomendações da comissão são levadas diretamente à área executiva do Mercosul, centralizada no Conselho do Mercado Comum, que é composto por grupos de trabalho com técnicos do Executivo, ministros e pelo presidente de cada um dos países do bloco econômico. Em outra recomendação, os parlamentares da comissão pedem que passem a ser convidados para as reuniões do conselho.

Na reunião também foi assinado o convênio de cooperação técnica entre as universidades de Córdoba, La Plata e Buenos Aires, na Argentina, a Universidade Nacional do Paraguai, a Universidade da República Oriental do Uruguai e a Universidade de Brasília (UnB) para assistência técnica recíproca e intercâmbio de pesquisadores e professores. Ao final da sessão plenária, o senador Roberto Requião passou a presidência da comissão ao senador Mario Paz Castaing, do Paraguai.

Parlamentares defendem estímulo ao turismo na região

Palestra realizada no auditório do Interlegis sobre os potenciais turísticos da tríplice fronteira, que engloba as regiões do Brasil, Argentina e Paraguai próximas à foz do Rio Iguaçu, forneceu elementos que levaram a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) a aprovar recomendação ao Conselho do Mercado Comum no sentido de promover a integração e o desenvolvimento econômico nessa área, que envolve a maior população de fronteira desses três países.

A recomendação pede o estímulo

à implantação de parques temáticos e centros de entretenimento com aporte de recursos para a consolidação do Pólo Turístico Internacional Iguaçu, criado por Resolução do Mercosul em 1997. Os parlamentares também decidiram sugerir a criação de um Comitê Permanente das Três Fronteiras, composto por representantes de entidades da região, para fazer um levantamento dos problemas e oferecer um plano de desenvolvimento.

Na palestra, Faisal Saleh, presidente do Conselho Municipal de Turis-

mo de Foz do Iguaçu (PR), detalhou o potencial turístico da região, que tem reservas biológicas, as cataratas do Iguaçu, o lago e a represa de Itaipu, entre outras atrações ligadas a esportes aquáticos e ao ecoturismo. A riqueza étnica dos três países, a grande diversidade cultural, a gastronomia e a boa infraestrutura hoteleira foram destacados por Saleh em sua exposição aos parlamentares da CPCM.

— Essa região representa a convivência harmônica, na América do Sul, de diversos povos que, ao mes-

mo tempo, têm uma história comum — afirmou Saleh, lamentando, porém, que os boatos não comprovados sobre a existência de células terroristas ligadas ao grupo islâmico Al Qaeda na região tenham abalado o turismo na tríplice fronteira.

Para o palestrante, esses boatos devem ser objeto de reflexão pelos governos dos países que compõem a tríplice fronteira. Saleh entende que os parlamentares devem exigir retratação, e a região deve ser compensada com a divulgação de suas potencialidades.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Segunda-feira

9h — Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros itens, PR nº 70/02, altera a Resolução nº 2/02, que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até US\$ 300 milhões; PR nº 71/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, de principal, com o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird); PR nº 72/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5 milhões, destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Diversidade na Universidade; PLC nº 89/02, altera a Lei nº 9.871/99, que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 56/01, altera o inciso II do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal; PLS nº 108/02, altera a redação do parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 10.201/01, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública; PDL nº 561/02, autoriza o governo do estado do Pará a alienar terras de propriedade desse estado, até o limite de 16 mil hectares, à Sococo — Agroindústrias da Amazônia.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: destina-se a homenagear o arquiteto Oscar Niemeyer pelo transcurso dos 95 anos do seu nascimento.

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 56/01, altera o inciso II do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal; e primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/02, altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros itens, quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (aprovação pelo Senado do processo de demarcação de terras indígenas); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 56/01, altera o inciso II do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário corrige distorção em desconto do IR

Projeto aprovado ontem, que será enviado à sanção presidencial, impede o desconto do imposto na fonte sobre quantia referente a salários acumulados, quando o valor mensal do vencimento estiver no limite de isenção

O Senado aprovou ontem projeto de lei que impede o desconto do Imposto de Renda sobre soma que represente salários de dois ou mais meses, quando o valor de um ou mais desses meses estiver dentro do limite da isenção. Serão beneficiados principalmente os trabalhadores que recebem salários em atraso e que estariam isentos do desconto se o pagamento tivesse sido feito em dia.

Estabelece o projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, que, no caso de rendimentos recebidos acumuladamente por pessoa física, o imposto incidirá, no mês do recebimento ou crédito, aplicando-se a tabela e a legislação relativas a cada mês a que se referirem os rendimentos. Não será cobrado o imposto em relação aos meses cujo rendimento, considerado isoladamente, não ultrapassar o limite de isenção.

Conforme o projeto, para fins de determinação da base de cálculo, deverá ser deduzido o valor das despesas com processo ajuizado pelo trabalhador para o recebimento de salários em atraso. Neste caso, a dedução só será



Melo diz que hoje pagamento acumulado de salário isento pode cair na alíquota de 27,5%

permitida se as despesas não tiverem sido indenizadas pelo empregador.

O relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Geraldo Melo (PSDB-RN), afirmou que a iniciativa corrige "uma injustiça brutal". Ele explicou que, quem tem um salário inferior ao teto a partir do qual deveria pagar Imposto de Renda, no final do mês recebe salário e não sofre qualquer desconto. Se, entretanto, o empregador atrasar o salário, a soma dos vencimentos mensais

acumulados dá um valor que ultrapassa o limite da isenção, e, então, o empregado terá de pagar 27,5% de IR.

— Quem tem a infelicidade de ter um empregador que atrasa salário vai pagar 27,5% — disse.

Também se manifestou favorável ao projeto, de autoria do deputado Milton Temer (PT-RJ), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem a proposição possibilita a correção de um erro técnico. O projeto foi apoiado pela liderança do governo e pelos líderes de todos os partidos.

SEGURANÇA PÚBLICA

Hoje, o Plenário deve debater emenda do senador Arlindo Porto (PTB-MG) a projeto de lei da Comissão Mista de Segurança Pública que permite o acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública a município que, não mantendo guarda municipal, comprometa-se a aplicar tais recursos em programas educacionais de prevenção de ilícitos, iluminação pública, saneamento, lazer e quaisquer outras ações que contribuam para a melhoria da segurança pública.



Substituto da Comissão Diretora foi elaborado pelo primeiro-secretário, senador Carlos Wilson

bunal Federal já porta armas.

Por sua vez, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) expressou apoio à argumentação de Suplicy. "Se a segurança está funcionando bem, acho que não deve haver uso de armas", afirmou. Ele ponderou que, como o uso de armas pelos servidores em atividade policial deverá ter a autorização expressa do presidente do Senado Federal, no futuro, "um homem que não seja de paz" possa desvirtuar a aplicação da medida.

Os líderes partidários manifestaram-se favoráveis à rejeição de artigo (considerado inconstitucional) que permitia a transferência de pessoal do setor de segurança para outras áreas do Senado.

Votação da reforma do Poder Judiciário fica para terça-feira

A falta de quórum provocou novo adiamento, para a próxima terça-feira, da votação da proposta de reforma do Poder Judiciário. Decisão idêntica foi estendida pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, a outras quatro propostas de emenda constitucional (PECs) que tratam de questões tributária, social, legislativa e previdenciária.

Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em outubro, a PEC da reforma do Judiciário deve garantir instrumentos para agilizar os procedimentos da Justiça, conforme observou na ocasião o relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Dentre os mecanismos com esse objetivo, destaca-se a súmula vinculante, que submete os demais órgãos do Poder Judiciário a decisão adotada por dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), após reiteradas análises sobre um mesmo tema.

Também na terça-feira deve transcorrer a terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que destaca um percentual do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para aplicação em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal.

Duas PECs encontram-se prontas para a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno. Uma delas, apresentada pelo se-



Bernardo Cabral afirma que mudança em exame no Congresso deve agilizar trabalho da Justiça

nador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), inclui o direito à alimentação no rol dos direitos sociais. A outra, encabeçada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), acrescenta à lista de competências exclusivas do Congresso Nacional o acompanhamento das negociações realizadas pelo Poder Executivo em torno de atos, acordos, convênios e tratados relativos a matéria de comércio internacional.

Outra proposta que teve a discussão adiada para a próxima semana foi a de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que regulamenta a aposentadoria do extrativista vegetal. A matéria estende a esse trabalhador o direito à redução de cinco anos na idade mínima para aposentadoria, fixada em 65 anos para homem e 60 para mulher. Essa redução já é garantida aos trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais.

Francelino diz que proposta é a matéria mais importante da pauta

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comunicou à Casa que não participaria da sessão plenária de ontem, alegando estar informado de que a proposta de reforma do Judiciário, matéria mais importante da pauta, não seria votada por falta de quórum. Como se trata de uma



Francelino Pereira comunicou que estaria ausente à sessão

proposta de emenda à Constituição, ela só pode ser aprovada por maio-

ria de três quintos dos votos.

O senador revelou que o presidente do Senado, Ramez Tebet, lhe havia informado que a deliberação sobre a reforma poderia ficar para a próxima terça ou quarta-feira, uma vez que existe interesse da maioria dos senadores de votá-la em primeiro turno neste final de legislatura.

Aprovada resolução que cria a polícia do Senado

Projeto de resolução que cria a polícia do Senado Federal foi aprovado ontem no Plenário, mediante substitutivo da Comissão Diretora. Alvo de polêmica durante o debate, a permissão do porte de arma por servidores no exercício da atividade policial foi mantida no projeto, aprovado por 24 votos favoráveis, 16 contrários e uma abstenção. A matéria, que tramitava em regime de urgência, será promulgada pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.

A princípio, chegou-se a cogitar a alteração do substitutivo, de autoria do primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), para proibir o porte de armas, de forma irrestrita, nas dependências do Senado. A sugestão partiu do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), observando que o "Senado deve dar o exemplo no momento em que o mundo se mobiliza em campanhas em prol do desarmamento e pela paz".

Depois de se declarar "pacifista", a senadora Heloísa Helena (PT-

AL) questionou o sentido de se criar uma estrutura policial sem a possibilidade do uso de armas. O senador Tião Viana (PT-AC) disse respeitar a "índole pacifista" de Suplicy, mas manifestou apoio ao emprego de armas em "condições específicas", por alguns seguranças, nas dependências da Casa. "A segurança de vários órgãos públicos já usa armas, e o Senado não deveria ser diferente nisso", afirmou.

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Geraldo Melo (PSDB-RN) também defenderam o porte de arma pelos futuros policiais do Senado. "Compreendo a preocupação do senador Suplicy, mas acho que a polícia deve ter todas as exigências e predicados para a boa execução de seu serviço", declarou. Já Melo observou que o fato de não haver registros recentes de violência na Casa não garante que isso não possa ocorrer futuramente. Carlos Wilson lembrou que a segurança da Câmara dos Deputados e do Supremo Tri-

Uso da expressão "Lei da Mordaza" gera debate

O senador Bello Parga reclamou da expressão "Lei da Mordaza" utilizada ontem pelo *Jornal do Senado* para denominar o projeto que proíbe a divulgação de informações por autoridades que a elas tenham acesso em razão do exercício de suas funções. Em resposta, o presidente do

Senado, Ramez Tebet, disse que entendia a manifestação como desejo de ver o jornal atuando sempre com imparcialidade. Também manifestaram-se sobre o assunto os senadores Antero de Barros, José Fogaça, Eduardo Suplicy, Geraldo Melo, Heloísa Helena e Marina Silva.



José Cruz

Bello Parga lembra que jornalismo tem aspectos opinativo e informativo

Bello Parga: jornal não pode tomar partido

Relator do projeto que regula a divulgação de informações por autoridades, o senador Bello Parga (PFL-MA) reclamou em Plenário do uso da expressão "Lei da Mordaza" na edição de ontem do *Jornal do Senado*. Ele disse que a expressão não existe em termos regimentais ou legislativos e que o veículo "se deu à liberdade de tomar partido".

Bello Parga observou que o jornalismo tem dois aspectos básicos: o opinativo e o informativo. E solicitou ao presidente do Senado, Ramez Tebet, as medidas necessárias para "coibir que o jornalismo opinativo penetre no *Jornal do Senado*". O parlamentar destacou que o órgão de imprensa da Casa deve limitar-se a divulgar as atividades do Senado.

— Se hoje toma partido de um lado, amanhã pode tomar de outro.

O senador lembrou que o projeto que proíbe a divulgação de informações por autoridades que a elas tenham acesso em razão do exercício de suas funções tem causado polêmica. Ele qualificou a expressão "Lei da Mordaza" como um *slogan* carregado de emoção e muito pouco racional.



José Cruz

Tebet: em oito anos, só duas reclamações em Plenário contra o *Jornal do Senado*

O que pensam os senadores sobre a questão

Ao contestar a intervenção de Bello Parga (PFL-MA), o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou ser do conhecimento do Senado que a imprensa brasileira trata a lei que proíbe autoridades de divulgar informações sobre pessoas que estejam sendo investigadas pelo nome de "Lei da Mordaza".

Antero lembrou que muitas vezes um projeto recebe uma denominação. Ele citou a proposta de emenda à Constituição que pretendia restabelecer as eleições diretas para presidente da República, que ficou conhecida como "emenda Dante de Oliveira". O senador fez um apelo ao presidente do Senado, Ramez Tebet, para que, "com a biografia política que tem", não adotasse providências restritivas em relação ao *Jornal do Senado*. E disse que fazia esse pedido em nome da liberdade de imprensa.

— Em homenagem às conquistas que ajudamos a construir, que não seja a Mesa Diretora do Senado a fazer a reintrodução da proibição em periódicos, ainda que seja um órgão do Senado — concluiu o senador.

GERALDO MELO

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) declarou que o Senado é uma instituição complexa, formada por senadores que são a favor e contra determinada matéria, e tem, portanto, em relação a um jornal que edita, "o interesse legítimo de não pretender que um órgão de imprensa que custeia possa criar constrangimentos para ele próprio".

Segundo o senador, a expressão "Lei da Mordaza" não é necessária para identificar a lei a que o jornal faz referência.

Apesar de suas críticas, Geraldo Melo, em uma segunda intervenção, elogiou a decisão do presidente do Senado sobre o assunto, disse que o trabalho do *Jornal do Senado* tem merecido o aplauso de todos e destacou que quem escreveu o texto questionado o fez sem se aperceber que poderia estar produzindo um texto conotativo. Comentou ainda que "esta Casa não pode enfraquecer um jornal que está prestando a ela um grande serviço".

FOGAÇA

José Fogaça (PPS-RS) ressaltou que a expressão "Lei da Mordaza" tem sentido conotativo, de grande conteúdo negativo, e faz parte da campanha contra a lei que proíbe autoridades de divulgarem dados sobre pessoas que estejam sendo investigadas. A linguagem do *Jornal do Senado*, defendeu, tem que ser denotativa. Fogaça observou, entretanto, que os jornalistas da Casa — que, em sua opinião, têm tido talento e equilíbrio — apenas reproduziram uma cultura dominante ao utilizarem aquela expressão para identificar a lei.

— A imprensa da Casa não pode tomar partido. A denominação, sendo conotativa, é uma opção política. Mas isso, na minha opinião, não foi feito com o intuito de favorecer um dos lados, ou de mostrar a simpatia do *Jornal do Senado* por uma das opções políticas. Foi a reprodução natural,

pelos profissionais de imprensa, da cultura de imprensa que vivenciam. Muitos deles já atuaram na imprensa e se informam da linguagem jornalística dominante — disse o senador.

Fogaça advertiu, no entanto, que os jornalistas do Senado deveriam ter o cuidado de preservar as duas opções da Casa, já que a instituição é múltipla, plural nas suas opiniões.

SUPLICY

Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou a manifestação do senador José Fogaça (PPS-RS) sobre o uso da expressão "Lei da Mordaza" pelo *Jornal do Senado*, afirmando que "certamente não houve a intenção, por parte dos jornalistas ou do editor do jornal, de estar colocando outra coisa senão o nome popular que esse projeto de lei veio a receber".

Suplicy sugeriu ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que indicasse aos responsáveis pelo *Jornal do Senado* "que convém colocar a opinião das partes envolvidas no debate com o devido destaque". O senador manifestou-se contrário à aplicação de punição aos jornalistas, que, em sua opinião, tiveram a intenção de dar a notícia adequada.

Os jornalistas do *Jornal do Senado*, na avaliação de Suplicy, têm procedido com correção.

HELOÍSA HELENA

Os jornalistas têm o dever de traduzir em linguagem mais simples, de acesso ao grande público, informações técnicas por eles captadas, ressaltou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Para

exemplificar suas afirmações, a senadora iniciou seu discurso lendo um texto de natureza técnica, no qual citava artigos e parágrafos de um projeto de lei, no intuito de mostrar que as informações encontravam-se codificadas, sem permitir a compreensão a respeito do que tratavam.

Heloísa fez a recomendação em referência à polêmica surgida ontem, em Plenário, sobre a manchete de ontem do *Jornal do Senado*, em que foi utilizada a expressão "Lei da Mordaza", para nomear um projeto em tramitação na Casa. A senadora concluiu que, no texto da notícia, o termo estava entre aspas, fato que, para Heloísa Helena, demonstra a isenção do seu redator.

MARINA

Marina Silva (PT-AC) defendeu a adoção de normas que orientem o trabalho feito pelos profissionais de comunicação do Senado. Para a senadora, o veículo não pode usar a mesma linguagem de um diário oficial.

A senadora aproveitou para criticar uma prática existente no Brasil, de se personalizar as leis. "As leis no Brasil são sempre fulanizadas e não gosto disso. É Lei Sarney, Lei Rouanet, e nomes que acabam não traduzindo bem o processo legislativo."

Para Marina, o termo "Lei da Mordaza", utilizado pelos jornais, poderia até ser pior, caso fosse regionalizado. "Certamente, no Norte e no Nordeste iriam chamar a iniciativa em questão como 'lei da focinheira' ou algo assim", comentou.

Tebet recomenda que se evitem "adjetivações"

Em resposta a pedido de providências feito em Plenário pelo senador Bello Parga, o presidente do Senado, Ramez Tebet, recomendou aos jornalistas da publicação que evitem "adjetivações".

Ao comentar a intervenção de Bello Parga, Ramez Tebet disse tê-la compreendido como o desejo de ver o *Jornal do Senado* atuando sempre com imparcialidade.

— Não foi o *Jornal do Senado* que criou o nome "Lei da Mordaza" — observou Tebet, lembrando que foram usados, em outras ocasiões, termos "elogiosos ou deselogiosos" para projetos de lei. Tebet informou que o *Jornal do Senado* já está em sua edição 1.614 e que, nesses oito anos de circulação, recebeu apenas duas reclamações em Plenário.

REQUERIMENTO

Essa discussão ocorreu logo após Tebet anunciar que ficou prejudicado, por falta de quórum, o requerimento para votação em regime de urgência do projeto relatado por Bello Parga. Na oportunidade, o PT e o PSB se declararam "em obstrução", enquanto o PFL e o PMDB expressaram-se favoráveis à aprovação do requerimento. Declararam voto contrário Pedro Simon (PMDB-RS) e Maguito Vilela (PMDB-GO). Pediram verificação de quórum José Eduardo Dutra (PT-SE), Carlos Wilson (PTB-PE), Pedro Simon e Casildo Maldaner (PMDB-SC). Já Romero Jucá (PSDB-RR) e Edison Lobão (PFL-MA) deram voto "sim" ao requerimento.

Comissão de Orçamento deve trabalhar até dia 20

Parlamentares já aprovaram cinco dos dez relatórios temáticos, mas falta acordo entre os partidos do atual e do futuro governos para votar as medidas que reforçam a receita fiscal e da seguridade social no próximo ano

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve prorrogar os seus trabalhos até o dia 20 deste mês, informou ontem o seu presidente, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). O cronograma inicial previa a conclusão da votação da proposta orçamentária para 2003 até 15 de dezembro.

A falta de acordo entre os partidos que formam a base de sustentação do atual governo e os que representam o futuro governo para votar as medidas que reforçam a receita fiscal e da seguridade social no próximo

ano foi o principal motivo para o atraso no cronograma da comissão.

O próprio Aleluia disse à imprensa que é contrário ao aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), uma das providências para melhorar a arrecadação do Tesouro em 2003. "É uma injeção na veia da inflação", argumentou.

A comissão votou ontem mais três relatórios setoriais (Poderes do Estado e Representação; Previdência, Assistência Social e Tra-

balho; e Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo) sobre o Projeto de Lei do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o próximo ano. Em função desse desempenho, com a aprovação até agora de cinco dos dez relatórios temáticos, a presidência da comissão decidiu suspender o esforço concentrado previsto para este final de semana e retomar a votação na segunda-feira, às 16h.

O relator-geral, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), já recebeu o parecer da área temática Fa-

zenda e Desenvolvimento, elaborado pelo deputado Ailton Cascavel (Bloco PDT/PPS-RR). Faltam apenas quatro relatórios, relativos às áreas de Infra-Estrutura, Saúde, Integração Nacional e Planejamento. Por um acordo de lideranças, o prazo final para o encaminhamento desses pareceres setoriais encerra-se hoje, às 18h, segundo informação da presidência da comissão.



Sérgio Machado espera receber hoje os últimos pareceres setoriais

Rosevelt Pinheiro

Escassez de recursos prejudica diversas áreas

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovaram ontem mais três relatórios setoriais sobre o Projeto de Lei do Orçamento Geral da União para 2003. O primeiro a ser votado foi o parecer das áreas de Previdência, Assistência Social e Trabalho, elaborado pelo deputado Félix Mendonça (PTB-BA), que obteve R\$ 182,9 milhões da relatoria-geral, apenas 9,4% do total pleiteado pelos parlamentares, para atender 726 emendas.

O parecer mostrou em suas 188 páginas os critérios utilizados para o acolhimento das emendas, as propostas de cada parlamentar, as sugestões para dar maior clareza aos gastos das duas áreas e a distribuição dos recursos no próximo ano. O orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social está dimensionado em R\$ 109,525 bilhões para 2003 e o do Trabalho e Emprego em R\$ 18,902 bilhões.

O pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários custará R\$ 95,390 bilhões aos cofres públicos em 2003, representando 97% dos gastos do Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS). A proposta orçamentária da Previdência e Assistência Social prevê, ainda, despesas de R\$ 1,161 bilhão com sentenças judiciais e R\$ 1,967 bilhão com a chamada renda mensal vitalícia concedida aos portadores de deficiência e aos idosos.

Os gastos do FRGPS apresentam um aumento de 16% em relação à dotação orçamentária de 2002, segundo o parecer de Félix Mendonça. O relatório estimou o valor das chamadas renúncias previdenciárias em R\$ 9 bilhões para 2003.

Isso significa o montante que a Previdência Social deixa de arrecadar de entidades beneficentes de assistência social, empregadores domésticos, empregadores rurais, equipes de futebol profissional, segurados especiais e empresas que optaram pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples).

A comissão aprovou também mais dois relatórios setoriais. O que trata dos orçamentos da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo, elaborado pelo deputado dr. Rosinha (PT-PR), recebeu 1.364 emendas e recursos de R\$ 534,026 milhões. O segundo relatório, de autoria do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), sobre os Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério das Relações Exteriores, atendeu 75 emendas com R\$ 205,908

milhões.

Os debates na comissão mostraram as dificuldades para acomodar as necessidades das diversas áreas diante da escassez de recursos. Os representantes da bancada do PT reclamaram, por exemplo, da situação das universidades públicas, que mais uma vez correm o risco de ficar sem dinheiro até mesmo para pagar suas contas de água e luz. O relatório de Antonio Carlos Júnior ressaltou que o orçamento do Ministério das Relações Exteriores é tão apertado que vem prejudicando as atividades de promoção comercial, difusão cultural e cooperação técnica internacional. Os atrasos nos pagamentos das participações brasileiras em organismos internacionais, como na Organização das Nações Unidas (ONU), alcançam cerca de R\$ 200 milhões.

Aprovado remanejamento de verbas para geração de energia

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a abertura de créditos no Orçamento de Investimento deste ano das empresas estatais, no valor de R\$ 873,642 milhões.

O projeto de lei de maior valor foi em favor de diversas empresas do grupo Eletrobrás, no montante de R\$ 416,466 milhões. O grupo obteve ainda autorização da comissão para um crédito especial de R\$ 339,606 milhões, enquanto a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Caixa Econômica Federal (CEF) e outras estatais conseguiram uma suplementação de R\$ 117,570 milhões.

Os créditos previstos no Projeto de Lei nº 76 não representam acréscimo nos investimentos do

grupo Eletrobrás, mas um remanejamento de verbas. O relator da matéria na comissão, deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), explicou que os recursos para a implantação da Usina Termelétrica em Macaé (RJ) de 550 MW, no valor de R\$ 361,576 milhões, não puderam ser utilizados pela holding estatal do setor elétrico porque o projeto não foi incluído no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT).

Por essa razão, o Ministério de Minas e Energia solicitou o cancelamento total de R\$ 767,330 milhões nos investimentos das suas vinculadas do setor elétrico e o remanejamento de parte dos recursos para suplementar a dotação orçamentária de projetos como o da expansão da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, que deverá receber R\$ 169,608 milhões da Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte).

O presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), decidiu retirar da pauta o projeto de lei que transfere R\$ 4,186 milhões de recursos destinados à "Cobertura de Garantia Concedida pela União no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)" para ação orçamentária que ressarcir o gestor do Fundo Nacional de Desestatização. Também não houve acordo para incluir na pauta da comissão a abertura de crédito suplementar de R\$ 421,406 milhões em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego.



Comissão de Orçamento aprova relatórios setoriais chamando atenção para a falta de recursos

Célio Azevedo

Adiada votação de créditos e 31 medidas provisórias

Ramez Tebet, presidente do Congresso, tomou a decisão por não haver consenso entre os líderes partidários sobre as matérias em pauta

A sessão do Congresso Nacional de ontem à tarde foi suspensa antes de serem votados vários projetos de abertura de crédito, autorizações de execução orçamentária e 31 medidas provisórias (MPs) editadas em períodos diversos pelo presidente da República. O presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, tomou a decisão a pedido do de-

putado Inocêncio Oliveira (PE), líder do PFL na Câmara.

Ao fazer a sugestão, Inocêncio comunicou a Tebet que, como os líderes dos partidos não haviam chegado a acordo sobre as matérias da pauta, ele pediria verificação de votação em nome do PFL. Sem o quórum exigido para deliberar sobre os projetos, Ramez Tebet decidiu suspender

os trabalhos.

— O clima está muito tenso. A corda foi distendida de uma maneira que não se pode chegar a um entendimento. O melhor é a suspensão da sessão para que, em um outro dia, com o espírito mais tranquilo, os ânimos renovados, muita paz e tranqüilidade, nós possamos chegar a um entendimento — afirmou Inocêncio.

Moreira lê nota sobre crise nas empresas de aviação

Nota sobre a crise por que passam as empresas de aviação no Brasil, divulgada pelo presidente da Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo (Abrajt), Carlos Magnavita, foi lida ontem na sessão do Congresso pelo senador Moreira Men-



Moreira Mendes defendeu ressarcimento aos estados que recuperaram rodovias

Roosevelt Pinheiro

A Abrajt lembra o direito obtido na Justiça pelas companhias aéreas de restituição da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que, embora já transitado em julgado (ou seja, sem possibilidade de mais recursos judiciais), ainda

não foi paga pelo governo. Só a Varig teria direito a R\$ 1,2 bilhão.

A nota acusa a BR Distribuidora de ter permitido reajuste de 834% no preço do querosene de aviação nos últimos cinco anos, período em que a gasolina aumentou 314,96%. Outro ponto que contribuiu para a crise foi o alto custo aeroportuário. A nota afirma que o aeroporto de Cumbica, na Grande São Paulo, só não é mais caro do que o Osaka, no Japão.

O documento acusa o governo de não estar preocupado com a preservação dos 40 mil empregos diretos e indiretos gerados pela Varig, assim como não agiu para manter os cinco mil postos de trabalho perdidos com a paralisação das operações da Transbrasil.

ESTADOS EM CRISE

Antes de ler o documento, o senador pediu ao governo que tenha sensibilidade na definição dos beneficiados pela medida provisória que estaria sendo preparada para compensar gastos realizados pelos estados em rodovias federais. A medida, disse, não pode beneficiar apenas um estado.



Intervenção nos diretórios estaduais que não apoiaram Garotinho é equivocada, diz Valadares

Roosevelt Pinheiro

Valadares critica decisão do diretório do PSB

A bancada de senadores eleitos pelo PSB divulgou nota criticando a decisão do diretório nacional do partido de intervir nos diretórios dos estados que não apoiaram a candidatura presidencial do ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. O comunicado foi feito pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que assinou a nota em conjunto com os senadores eleitos João Capiberibe (AP) e Geraldo Mesquita (AC).

— Este não é momento para enfrentamentos, mas de paz, conciliação e trabalho. Estamos vivendo um momento ímpar na história do Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, e todos nós devemos estender o tapete da conciliação e não promover caça às bruxas — afirmou Valadares.

A decisão tomada pelo PSB, disse, foi “ditatorial, extemporânea, equivocada e drástica”. Valadares acrescentou que a bancada eleita fará análise profunda das medidas adotadas pelo diretório nacional do PSB para decidir que posição tomará.



Roque de Sá

Tebet ressaltou importância do Ministério Público para exercício da democracia

Tebet recebe medalha do Ministério Público

O presidente do Senado, Ramez Tebet, foi condecorado ontem, juntamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, e o vice-presidente da República, Marco Maciel, pela medalha do Mérito do Ministério Público Brasileiro. Tebet disse que a comenda tem significado especial para ele, que já foi promotor de Justiça em Mato Grosso do Sul.

— Comecei minha vida como promotor, cargo que ocupei por três anos, antes de ir para a advocacia. Portanto, esta medalha tem sentido especial para mim. Além disso, reconheço no Ministério Público uma instituição indispensável ao exercício da democracia e que está avançando cada vez mais. Receber sua mais alta condecoração é uma honra para qualquer brasileiro.

Ao entregar as medalhas, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, disse aos três agraciados que a instituição reco-

nhecia “tudo o que fizeram e certamente ainda farão em prol do Ministério Público, órgão essencial à causa da Justiça no país”. Falando em nome dos condecorados, Aécio lembrou que a criação do Ministério Público foi uma das inovações da Assembléia Nacional Constituinte, “que dotou a sociedade brasileira de vigoroso instrumento de defesa da cidadania”.

Tebet também participou da solenidade em que o auditório da nova sede da Procuradoria Geral da República recebeu o nome de Juscelino Kubitschek. O ato contou com a presença de Ana Cristina Kubitschek de Oliveira, presidente do Memorial JK e neta do ex-presidente, e seu esposo, o deputado Paulo Octávio (PFL-DF).

A ministra da Corregedoria Geral da União, Anadyr de Mendonça Rodrigues, e o governador do Piauí, Hugo Napoleão, também participaram das cerimônias.

Suassuna quer incrementar relação comercial com Rússia

O Brasil deseja incrementar uma maior parceria com a Rússia em todos os níveis, principalmente na área comercial, disse ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao saudar a presença no Plenário de comitiva parlamentar russa que está em visita ao Brasil.

O presidente do Comitê de Assuntos Jurídicos do Conselho da Federação da Assembléia da Rússia, senador Alexandr Evtifeev, chefia a comitiva parlamentar, composta pelo senador Mikhail Mikhailovski e pela senadora Tatiana Konovalova.

Também fazem parte do gru-

po Serguei Smetanin, chefe da administração de Assuntos Jurídicos e Judiciais do Conselho da Federação, e Viatcheslav Kolotvin, responsável pela Divisão de Apoio a Relações Internacionais. O embaixador russo no Brasil, Vassili Gromov, e membros da representação diplomática acompanharam a comitiva.



Comitiva russa foi recebida ontem pelo Plenário do Senado

José Cruz

Suassuna cobra medidas para combater a violência

Senador pede à Câmara a aprovação das propostas da Comissão Mista de Segurança Pública, para imediata adoção em todo o país

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu à Câmara dos Deputados a votação, para imediata adoção pelo poderes públicos, das propostas elaboradas pela Comissão Mista de Segurança Pública que visam combater a violência no país. Ele se disse bastante preocupado com as constantes notícias de que o Brasil ocupa os primeiros lugares em número de homicídios e outros crimes.

Para Suassuna, é necessário reconhecer que as medidas de combate à criminalidade implementadas até agora pelos governantes não conseguiram superar o “descompasso entre as engenhosas e inventivas modalidades de ação dos criminosos e as técnicas desenvolvidas pela polícia para coibi-las”.

Na avaliação do senador, as propostas da comissão apontam para uma maneira de enfrentar a criminalidade, que, conforme observou, “está organizada, tem forte poder econômico e possui pode-



Ney Suassuna destacou tipificação de novos crimes, como seqüestro-relâmpago

rosa rede de agentes”. Ele citou, entre os projetos, os que modificam o Código Penal, tipificando novos crimes, como o seqüestro-relâmpago, clonagem de cartão, roubo de cargas e pedofilia na Internet.

Outras medidas sugeridas pela comissão, destacadas por Suassuna, propõem a unificação das polícias militar e civil; a criação de um fundo nacional de segurança pública; um banco nacional de dados de combate à criminali-

dade; a adoção de um sistema de segurança pública interativo, além de medidas emergenciais.

– Se a vontade política tomar o rumo correto, destinando recursos orçamentários suficientes para as esferas federal, estadual e municipal, podemos esperar resultados positivos – afirmou.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) apoiou, em aparte, as colocações de Ney Suassuna e defendeu a convocação do Exército para auxiliar no combate à violência nas circunstâncias em que a polícia não tenha mais o controle da situação ou, até mesmo, esteja ela própria envolvida na criminalidade.

Também o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) aparteu para afirmar que o Estado está com sua autoridade desafiada pelos agentes do crime organizado. Para ele, porém, a solução de interferência do Exército é simplista e não teria o poder de resolver a questão da violência.

Fotos: José Cruz

Maria do Carmo defende novo mínimo superior a cesta básica

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse ontem, em Plenário, que o salário mínimo não pode de forma alguma ser inferior ao preço da cesta básica, como acontece neste momento.

– Isso significa colocar o trabalhador que recebe o mínimo abaixo da linha da indigência, uma vez que o salário sequer seria capaz de alimentar a ele próprio e a sua família – afirmou a senadora.

Maria do Carmo lembrou que o preço da cesta básica já subiu 25% em 2002, e que isso não pode ser ignorado pelo próximo governo. Segundo a senadora, a inflação é o mais iníquo dos tributos e o que mais concentra a renda. Prova disso, observou, é a história dos últimos oito anos, desde a implantação do Plano Real. Com a estabilização, disse a senadora, houve “sensível melhora, senão nos índices de distribuição de renda, pelo menos nas estatísticas sobre pobreza e sobre renda real do trabalhador”.

– Tais conquistas foram, entretanto, parcialmente revertidas após a desvalorização cambial do começo de 1999, que provocou alta de



Maria do Carmo lembra que, se salário subir para R\$ 240, valor líquido será de R\$ 224

preços, e agora quase totalmente revertidas com a nova desvalorização cambial ocorrida nos últimos meses, desta vez com consequências ainda mais profundas nos reajustes de preços – comentou.

Maria do Carmo teme que o salário mínimo, mesmo reajustado para R\$ 240 em março, não acompanhe o valor da cesta básica. O valor líquido, observou, seria de R\$ 224, porque há o desconto de 8% para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A senadora lamentou também que Aracaju, capital de Sergipe, estado que ela representa, tenha a mais cara cesta básica do país.

BALANÇO

Regulamentado capital externo na mídia

Entre as matérias aprovadas nesta semana pelo Senado, destaca-se a medida provisória (MP) regulamentando a emenda constitucional que abre até 30% do capital das empresas jornalísticas e de emissoras de rádio e tevê à participação do capital estrangeiro.

De acordo com a MP, que foi modificada na Câmara e votada em forma de projeto de conversão, essa participação se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no Brasil. A matéria estabelece que as alterações no controle societário das empresas de mídia deverão ser comunicadas ao Congresso.

O Senado também aprovou mais recursos para a educação infantil – que inclui crianças até seis anos –, conforme proposta de emenda à Constituição do senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Foi acolhido projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disciplinando a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente



Plenário aprovou também projeto que atribui ICMS sobre energia elétrica ao estado consumidor

sobre energia elétrica. Pela proposta, a alíquota interestadual do ICMS sobre energia elétrica destina-se ao estado consumidor, e não ao produtor.

Outro projeto aprovado, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), estabelece que os estados que abrigarem em seus territórios unidades de conservação ambiental e terras indígenas demarcadas deverão receber recursos extras provenientes de reserva a ser criada no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Nesta semana, o Senado aprovou ainda a MP 72/02, abrindo crédito extraordinário de R\$ 208 milhões

em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia.

Foi rejeitada proposta de emenda à Constituição do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que limitava a reeleição de dirigentes de associações, federações e confederações esportivas, permitindo apenas uma recondução ao cargo. Entendeu-se que o texto continha dispositivos típicos de legislação comum.

Também foi rejeitada proposta de emenda à Constituição do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que permitia o desenvolvimento funcional de servidores mediante processo seletivo.

Voto facultativo é aprovado na CCJ

Num total de 21 reuniões, as comissões aprovaram questões importantes durante uma semana de trabalho intenso, como foi o caso do parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO) à emenda constitucional do senador Sérgio Machado (PMDB-CE) que torna o voto facultativo, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria, debatida há longo tempo no Congresso, será agora discutida e votada em dois turnos pelo Plenário. Na opinião de Iris, o voto obrigatório constitui, hoje, uma exigência de caráter negativo para o aperfeiçoamento do processo eleitoral.

A CCJ também aprovou parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA) a projeto de lei da Câmara dos Deputados que proíbe a divulgação de informações por autoridades que a elas tenham acesso em razão do exercício de suas funções.

Também foi aprovado pela CCJ projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que define as atividades exclusivas dos médicos, com o

acréscimo de três emendas. O mérito da matéria será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), após a realização de audiências públicas para aprofundar os debates.

Na Comissão de Fiscalização e Controle, os senadores pediram vista coletiva do parecer de Moreira Mendes (PFL-RO) a requerimento de Heloísa Helena (PT-AL) para que a comissão investigue as denúncias de grilagem de terras no Distrito Federal. O parecer do relator é contrário à investigação do tema pela comissão. Com o pedido de vista, o parecer não poderá ser apreciado antes de cinco dias úteis.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, os senadores também pediram vista coletiva do parecer de Francelino Pereira (PFL-MG) sobre projeto de Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a Renda de Cidadania. A renda consiste em benefício monetário a ser repassado a todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros que estejam há pelo menos cinco anos no Brasil.

Proposta de Santos garante mais verbas para educação

Senador quer elevar, de 18% para 20%, a parcela das receitas da União destinada ao ensino. Crianças devem ser especialmente beneficiadas, diz

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) que eleva de 18% para 20% a parcela da receita da União a ser gasta com educação. Ontem, no Plenário, ele fez apelo aos senadores para que apoiem a PEC e o projeto de lei complementar, também de sua autoria e já em tramitação, que destina 20% dos recursos do Fundo de Combate à Pobreza para educação infantil. Segundo disse, as duas propostas deverão criar as condições para um salto de qualidade do ensino público no país.

Na PEC, Ricardo Santos mantém em 25% o nível de vinculação da arrecadação tributária dos estados e municípios para educação, e estipula regras para a composi-



Ricardo Santos defende salto de qualidade no ensino público do país

ção de fundos de manutenção e desenvolvimento da educação básica, a serem criados nos estados e Distrito Federal, como prevê a emenda.

Ricardo Santos propõe, ainda, que no mínimo 60% dos recursos destinados a cada fundo estadual para educação sejam dirigidos exclusivamente ao pagamento dos professores da educação básica pública, em efetivo exercício no magistério.

Ao definir o rateio das responsabilidades na área educacional, entre União, estados e municípios, o senador procurou assegurar, na emenda, uma base mínima de recursos para os fundos de educação, na forma de 18% da arrecadação do Imposto so-

bre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); 21,5% dos recursos destinados ao Fundo de Participação dos Estados (FPE); e 22,5% das verbas dirigidas ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

CÁLCULO

A PEC prevê ainda que a União complementar os recursos dos fundos sempre que, em cada estado e no Distrito Federal, o valor anual por aluno não alcance o mínimo definido nacionalmente, a cada ano, pelo Plano Nacional de Educação. O cálculo da complementação será feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

No pronunciamento que fez ontem, Ricardo Santos disse que suas propostas são caracterizadas pelo objetivo de construir um país onde a sociedade tenha atendida a sua demanda por educação infantil, com prioridade para as crianças socialmente menos privilegiadas.

Porto cobra do governo federal indenização a Minas Gerais

Preocupado com a situação econômico-financeira de Minas Gerais, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que oriente a equipe econômica a encontrar solução para o ajuste de contas com o estado. Segundo disse, Minas assumiu despesas e obras, principalmente de construção e manutenção de rodovias, que seriam de responsabilidade federal, e agora depende do ressarcimento desses recursos para garantir pagamento de pessoal.

O senador afirmou que tanto o governo de Minas Gerais quanto a população mineira esperam que o presidente da República cumpra as promessas de repassar ao estado cerca de R\$ 1,2 bilhão gastos com reparos na BR-354. Esse dinheiro, relatou, será utilizado para pagamento do salário de dezembro e do 13º salário dos servidores públicos estaduais.



Porto: verbas garantirão pagamento do 13º ao servidor

Conforme Porto, o atual governador de Minas, Itamar Franco, e o futuro, Aécio Neves, têm feito gestões junto ao governo federal para acabar com o impasse, cobrando não apenas o compromisso assumido por Fernando Henrique, mas também urgência na decisão.

— Se assim não for feito, ficará uma imagem de oportunismo eleitoral, gerando descrença no povo e na classe política. Ninguém tem o direito de frustrar as expectativas da população — salientou Arlindo Porto, acrescentando que, para ele, a solução depende apenas de decisão política e não das condições do ajuste.

Arlindo Porto sugeriu que o modelo a ser adotado para o ajuste de contas seja duradouro e independente do governo que esteja no poder. Disse também que a definição para Minas Gerais deve ser estendida aos estados que estejam em dificuldades.

Patrocínio defende derrubada dos vetos ao PNE

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) defendeu a mobilização dos parlamentares para derrubar os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e aprovado pelo Congresso Nacional no final do ano passado. Segundo disse, “é difícil entender atitudes contrárias ao estímulo” que a educação deveria receber por parte do Estado.

— O PNE é peça chave no direcionamento da política educacional do país, pois estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino para os próximos dez anos. Deve ser um plano de Estado, cuja implementação não pode ficar comprometida com razões de governo. É muito importante comprometer o poder público com mecanismos de ação e metas mínimas em termos de

gastos — afirmou.

Segundo Patrocínio, o PNE elaborado pelo governo não teve a participação da sociedade civil. O plano original, disse, reivindicava o fortalecimento, ampliação e democratização da escola pública, como eixo central do esforço de universalização da educação básica e ampliação do ensino superior.

— O governo persistiu na política de mitigar o direito à educação, em nome da suposta prioridade ao ensino fundamental. Em termos de gasto público, o Executivo insistiu na manutenção do *status quo*.

De acordo com o senador, foram vetados, entre outros, o dispositivo que fixa a meta de 7% do PIB em termos de gasto público com educação; o que deter-



Vetos não possuem qualquer consistência técnica, diz Patrocínio

mina que se tripliquem, até o final do período, as verbas que estados e União destinam à pesquisa científica e tecnológica; o que prevê aumento do gasto em crédito educativo; e o que orienta a ampliação do Programa de Renda Mínima, de modo a atender à educação infantil.

O mais grave, afirmou, é que “as justificativas apresentadas para os vetos não apresentam qualquer consistência técnica” e foram inteiramente “desmontadas” pelas consultorias de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado, que concluíram não haver obstáculo na Lei de Responsabilidade Fiscal aos dispositivos vetados.

Mauro elogia produtores que pagam recuperação de rodovias

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou produtores rurais e empresários do sul e sudoeste de Goiás que, com recursos próprios, estão recuperando trechos de estradas, “em um esforço para suprir o que por lei deveria ser obrigação do Departamento Nacional de Infra-

Estrutura e Transportes (DNIT). Conforme o senador, já foram recuperados 130 quilômetros da BR-364 e 100 quilômetros da BR-060, a um custo superior a R\$ 600 mil, evitando o comprometimento do escoamento da safra de grãos.

A iniciativa, ressaltou, não tem caráter de protesto ou retaliação, mas é motivada pela necessidade de sobrevivência.

— O sacrifício dos empresários é plenamente justificável quando se observa que, entre os benefi-



Segundo Mauro, iniciativa permitirá escoamento da safra

os obtidos com a recuperação das estradas, destacam-se a agilidade no transporte da carga e diminuição do custo do frete, além do ganho em até R\$ 15 no preço da soja por tonelada.

Esses mesmos empresários, diante do êxito da empreitada, solicitaram apoio do governo do estado para recuperar um novo trecho da BR-364, conforme relatou o jornal *O Popular* na edição de ontem. Segundo Mauro Miranda, os produtores estão dispostos a gastar mais R\$ 250 mil para que sejam recuperados 93 quilômetros entre os municípios de Mineiros e Alto Araguaia. O mau estado de conservação do trecho vem inviabilizando o escoamento da produção pelo Terminal Ferroviário Ferronorte, localizado em Alto Araguaia, disse.